

# DISTÚRBIOS E/OU DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Laelson Saraiva de Moura<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC), Cristalina, GO, Brasil.

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade apresentar um estudo bibliográfico acerca da educação inclusiva a qual foi se tornando uma realidade cada vez maior e com mais espaço dentro das escolas regulares. Não se pode mais negar que o acesso às crianças com necessidades educacionais especiais em salas de aulas comuns é um direito tanto de uma educação de qualidade a essas crianças, quanto de exercer a socialização das mesmas e de sua cidadania. Neste contexto, estão presente os distúrbios e/ou dificuldades de aprendizagem em vários níveis, em especial em leitura e escrita já desde os primeiros anos escolares, fazendo com que os alunos se desmotivem em outras aquisições do saber, tendo em vista toda aprendizagem depender destes dois aspectos. Quando isso não acontece, ou se torna difícil, os alunos passam a não se motivar aos estudos e isso influencia negativamente no seu sucesso escolar atual e futuro. Portanto, torna-se necessário que as escolas desenvolvam projetos em que seus professores sejam conhecedores e saibam reconhecer quais são os distúrbios e/ou dificuldades de aprendizagem de seus alunos e tenham a leitura e a escrita como principais objetivos para a superação dos mesmos. Para tanto, aos professores será necessária a capacitação para que possam conseguir desenvolver os melhores projetos tendo como base a importância da escola em seu modelo inclusivo, contando com profissionais capacitados e que compreendem a aprendizagem em seu mais amplo sentido e por consequência dando maior observância aos distúrbios de aprendizagem existentes no seu quadro discente, e não deixando à margem de seu papel social nenhum deles.

**Palavras – chave:** Distúrbios. Dificuldades. Aprendizagem. Professor. Aluno.

**Como citar:** MOURA, L. S. Distúrbios e/ou dificuldades da aprendizagem e a inclusão no ambiente escolar. *Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais*, Luziânia, v. 1, n.1, p. 63- 70, 2020. <https://doi.org/10.4322/2675-4177.2020.009>

## 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a inclusão ser uma realidade, se busca a compreensão e entendimento sobre a superação da falta de conhecimento de professores que estão nas salas de aula regulares sobre como lidar com as necessidades educacionais especiais existentes em qualquer que seja o seu segmento e como elas afetam diretamente o aprendizado ao longo dos anos escolares.

Com enfoque na educação para os processos de inclusão, uma realidade no meio educacional, observa-se a importância do assunto mediante a capacitação dos professores e da adequação física e didático pedagógica das escolas, a fim de promover o conhecimento sobre os principais recursos necessários para o melhor acolhimento de alunos com necessidades educacionais especiais, em particular aos que enfrentam distúrbios e/ou dificuldades de aprendizagem em várias áreas, ainda não se alcança a demanda e as expectativas que atualmente as escolas possuem. Devido aos distúrbios serem em vários níveis, muitas vezes os professores, coordenadores e até mesmo o diretor da escola não sabem lidar ou não compreendem as reais necessidades desses alunos, prejudicando assim sua integração escolar também social.

Isto é, torna-se um dilema a situação que os alunos com qualquer tipo de distúrbio de aprendizagem enfrentam, pois se vive em um mundo em que a igualdade de condições ainda caminha a

**Apoio financeiro:** Nenhum.

**Conflitos de interesses:** Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse.

**Correspondência:** laelson.saraiva.2013@gmail.com

**Recebido:** 12 Mar 2020.

**Aprovado:** 17 Mai 2020.

**Editor:** Marcelo Máximo Purificação.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



passos lentos. Seja no convívio social em situações corriqueiras como um saque no caixa eletrônico, seja na compra de livros, no supermercado, em um concurso público e também no acesso à educação de qualidade.

Portanto, busca-se a compreensão e a promoção do conhecimento do que seja a inclusão, do que seja a aprendizagem e quais são seus principais distúrbios e como lidar com eles, aumentando a conscientização de sua importância dentro das salas de aula regulares e também na tomada de consciência dos profissionais que atuam dentro da escola, diretamente com esses alunos, os quais precisam de muito carinho, atenção e principalmente do diálogo que é tão importante nessa relação. Assim, se o professor não for conhecedor do que o aluno especial necessita, este ficará prejudicado em seu desenvolvimento global e não apenas cognitivo, pois, o trabalho do professor é amplo e se inicia com a relação dele com cada aluno, dentre outros fatores que poderão refletir em todos os seus anos escolares.

Neste sentido, o objeto deste artigo se direciona em compreender como a inclusão contribuiu para que novos conhecimentos fossem adquiridos acerca dos direitos à aprendizagem que todos possuem, como ela acontece ou não acontece, e de que forma as escolas e seus profissionais precisam lidar com isso, superando todas as barreiras existentes neste sentido.

## 2 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Ao longo da trajetória da educação, as condições fisiológicas e psicológicas dos alunos têm sido utilizadas como razão para justificar e avaliar a não aprendizagem e o acesso restrito ao conhecimento, sem estabelecer o vínculo entre a aprendizagem e o ensino, a atenção às suas necessidades individuais e os apoios educacionais, considerando todos eles como parte do projeto pedagógico desenvolvido pela escola. Nesse sentido, Mittler (2005), define a inclusão como um processo de reformas nas escolas, tendo em vista inserir todos os alunos no contexto educacional, independentemente de suas deficiências, restrições ou não aptidões.

Para o autor:

Esse conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideia de defeito para um modelo social (MITTLER, 2005, p.25).

Apresenta-se, portanto, uma educação inclusiva orientada pelos princípios dos direitos humanos e pela proposta pedagógica de que todos podem aprender, contrapondo o paradigma tradicional da organização do sistema educacional, que conduzia políticas especiais para pessoas com deficiência definidas no modelo de segregação e de integração, com ênfase na abordagem clínica. Com isso e seguindo a lógica de escolas especiais organizadas a partir da identificação da deficiência ou do encaminhamento desses alunos para classes especiais, Mittler (2005, p.27) afirma que “Essas políticas conduziram as escolas a espaços segregados, entendidos como seu lugar de destino, que acabam por discriminar e excluir alunos em razão de deficiências, desvantagens, dificuldades e atitudes”.

A partir dessa compreensão, escolas e professores, na sua relação com a comunidade, podem identificar elementos que contribuam na elaboração de estratégias pedagógicas, favorecendo a intervenção no enfrentamento da exclusão educacional e social. Mesmo porque, como ensina Mantoan (2006, p.17) “A educação especial foi estruturada como política dissociada das etapas e dos níveis de ensino, vinculada aos projetos assistencialistas e às representações da deficiência como piedade, legitimada pelo discurso da normalidade e distanciada das prioridades dentro das agendas públicas”, ou seja, uma realidade direcionada a educação especial foi sendo organizada na ausência de políticas públicas e na constituição de relações de poder, estabelecidas pela ordenação dos espaços e pela produção da dependência de alunos e professores a ações não muito democráticas e nem totalmente voltadas à inserção desses alunos no meio escolar e nem no meio social.

Em contraposição a essa construção conceitual e política, a ausência das questões da deficiência no interior dos sistemas educacionais e das propostas de gestão, surgem novas perspectivas ao referencial hegemônico projetadas num contexto de redefinição ideológica. Dessa forma, a questão se refere à compreensão crítica do papel da escola em uma sociedade democrática, ou seja, a formação ética dos cidadãos onde os principais estimuladores dessa transformação serão aqueles que estão dentro das escolas regulares e realizam, cotidianamente, o desenvolvimento global dos alunos.

A educação inclusiva como norteadora para a transformação na estrutura da escola foi definida pelo Ministério da Educação como política pública e assumiu sua disseminação por meio do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, iniciado em 2003. Segundo Ferreira e Glat (2003, p.49) “Essa



ação conduziu um processo amplo de reflexão nos sistemas educacionais sobre as formas tradicionais do pensamento pedagógico e de ruptura com a concepção determinista da relação entre condições históricas, desvantagens sociais, deficiência e a não aprendizagem”. O programa, dentre outros aspectos, afirma o direito de todos à educação, ao acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais à rede regular de ensino e introduz o debate sobre a diversidade na formação de gestores e educadores, de forma que as práticas do cotidiano escolar não reforcem as desigualdades pela limitação das perspectivas e expectativas de aprendizagem e participação que passem a compreender as diferenças como parte da identidade de cada sujeito e não como um problema aos sistemas de ensino e às propostas educacionais.

É preciso garantir que nenhum aluno seja discriminado, pois, segundo Glat e Fernandes (2005, p.92) “Todos necessitam de acesso pleno ao currículo, complementando sua escolarização dos alunos, estimulação precoce, acompanhamento e informação aos pais para o acompanhamento do desenvolvimento dos seus filhos e do desenvolvimento de ações baseadas na comunidade”. São direitos fundamentais do aluno com necessidades educacionais especiais e que, a partir da regulamentação e observação mais atenta à educação especial passaram a existir e assim, precisam ser colocadas em prática.

Sobre isso, Mantoan (2006, p.21) explica que “é inegável o poder das ideias inclusivas para virar as escolas do avesso, das propostas para que as escolas se transformem e se abram às diferenças e assim possam ensinar aqueles que não estão se beneficiando com a escolarização e que estão sendo excluídos da escola”. Neste sentido, a proposta de transformação do sistema educacional, ao investir na formação dos gestores e educadores, dos professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado, envolvendo também os representantes dos conselhos comunitários, do Ministério Público, do governo e da sociedade, destaca a importância da formação no contexto da mudança cultural que chama a todos para transpor os obstáculos do preconceito e para a superação do mito dos saberes especializados, e que reforçaram a educação especial como modalidade de ensino que substitui a escolarização.

Ainda para Mantoan (2006):

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apego a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguirem em seus estudos, segundo a capacidade de cada um sem discriminação nem espaços segregados de educação (MANTOAN, 2006, p.27).

Dessa forma, o sistema educacional inclusivo irá oportunizar condições para a escola receber seus alunos com necessidades educacionais especiais, ao professor continuar a aprender, ensinar e partilhar e a difundir amplamente a formação por meio dos cursos de extensão e pós-graduação, presenciais e a distância, dentro do contexto da política pública.

Assim, as principais condições necessárias e exigidas para que crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência encontrem em sua instituição escolar um espaço aberto para o seu desenvolvimento cognitivo, psicológico e sociocultural, abrangendo todos os aspectos que esta educação propõe e que, deve alcançar, sanando uma dívida que a sociedade tem com essas pessoas, adquirida ao longo de anos de segregação e negligência com sua situação e falta de oportunidades reais e concretas.

### 3 AS DISFUNÇÕES CEREBRAIS QUE AFETAM A APRENDIZAGEM

Aprender é um processo que vai sendo demonstrado no cotidiano por meio das mudanças que vão acompanhando essa evolução. Quando a criança pequena não caminha e aprende a caminhar, quando fala poucas palavras e aprende outras diferentes, quando não consegue discernir entre direita e esquerda, pequeno de grande, largo de estreito, enfim, quando vai assimilando conteúdos que vão se tornando parte de seu mundo de forma concreta.

Para que haja aprendizagem, a mesma passa por três condições de acordo com Carrara (2004):

Fatores Fisiológicos - maturação dos órgãos dos sentidos, do sistema nervoso central, dos músculos, glândulas etc.; Fatores Psicológicos - motivação adequada, autoconceito positivo, confiança em sua capacidade de aprender, ausência de conflitos emocionais perturbadores etc.; Experiências Anteriores - qualquer aprendizagem depende de informações, habilidades e conceitos aprendidos anteriormente (CARRARA, 2004, p.42).

As condições apresentadas para que a aprendizagem aconteça de fato, apresentam contextos que a envolve e que requer o desenvolvimento tanto físico quanto psicológico da criança. Diante disso é que a família e a escola precisam saber desses pontos para que estimulem cada um desses desenvolvimentos e como visto, tudo que se aprende hoje serve para o próximo aprendizado.



De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2003):

A aprendizagem resulta sempre das experiências vividas pelo indivíduo que servem como patamar para novas aprendizagens. Ninguém aprende senão, por si e em si mesmo, pelo auto modificação. Desta maneira, a aprendizagem constitui um processo cumulativo, em que a experiência atual aproveita-se das experiências anteriores (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2003, p.34).

Ao acumular experiências obtidas tanto no ambiente familiar quanto no escolar, a criança vai adquirindo os saberes necessários a cada etapa de sua vida, compreendendo o mundo em que vive, suas relações e o significado das coisas. Essas experiências são importantes aliadas aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, cumprindo com a expectativa de sua formação escolar, à sua formação pessoal, levando-o se tornar um cidadão consciente e participativo, sabedor de seus direitos e deveres, conhecedor de suas culturas e assim, tornando-se parte efetiva da sociedade em que vive. Não sendo a aprendizagem tratada como algo simples, algo direcionado e sim, como um fator amplo e que oferece múltiplas possibilidades a cada um, indiscriminadamente.

As disfunções cerebrais são cada vez mais comuns entre as crianças nos primeiros anos de escolaridade e estão diretamente ligadas ao aspecto emocional das mesmas, associada a outros comprometimentos que prejudicam o seu aprendizado ligado à assimilação da escrita e também da leitura. Estes são os dois aspectos mais afetados e que colaboram para um fracasso escolar muitas vezes irreversível.

Conforme Gramigna (2004, p.16) “estudos têm revelado que comumente as crianças com dificuldades escolares manifestam paralelamente prejuízos de ordem emocional e comportamental, afetando áreas essenciais do seu aprendizado”. Com essa afirmação, pode-se destacar também que a criança além de apresentar uma dificuldade nas áreas de aprendizagem em leitura e escrita, especificamente, também pode ocasionar níveis elevados de cansaço e desmotivação, entre outros, prejudicando ainda mais o seu desempenho escolar.

Além do que já foi até aqui apresentado acerca dos distúrbios de aprendizagem, os mesmos também se manifestam em outros níveis, afetando a estrutura cerebral da pessoa tornando o seu potencial mais limitado, mas com condições de melhora após o tratamento correto. Pois, Conforme Pain (2010, p.43) “as interferências na aprendizagem são representadas em situações das quais a criança apresenta um “atraso” na aprendizagem em um momento da sua vida. Como exemplo, uma criança em que a alfabetização só ocorre a partir dos 8 anos de idade”. Este é um período dos mais relevantes na vida escolar de qualquer criança e que deve ser levado extremamente a sério, e para que seja alcançado tal seriedade e os resultados almejados nesse sentido, o papel exercido tanto pelo professor quanto do coordenador ou orientador escolar é muito importante nestes casos, buscando a compreensão dois fatores que levam a criança até este estágio de estagnação em sua aprendizagem e até mesmo em suas condições cerebrais, afetando diretamente este processo.

Nesse sentido, havendo a disfunção cerebral, as crianças se apresentam inteligentes e socialmente normais além de apresentar informações verbais adequadas. Tal disfunção ocorre em áreas específicas, entre elas aquelas ligadas a uma incapacidade de identificar as letras e conseqüentemente as palavras. Uma área do cérebro dessas crianças não funciona adequadamente, com isso muitas vezes são confundidas como crianças pouco inteligentes, preguiçosas, desleixadas, quando na verdade o seu impedimento não é a nível intelectual, mas de execução.

Entende-se com isso que as disfunções cerebrais afetam áreas específicas relacionadas à linguagem, leitura, escrita, cálculo, motricidade, raciocínio, memória, atenção. Nestes casos, as principais disfunções segundo Weiss (2004, p.58) ocorrem nas seguintes áreas: “Disfasia, Dislexia, Disgrafia, Disortografia, Discalculia, Déficit de Atenção (com ou sem hiperatividade)”.

No que se refere a Disfasia Weiss (2004) afirma que:

Na Disfasia a criança pode ter dificuldade a nível de expressão (disfasia expressiva) ou de compreensão (disfasia compreensiva). Havendo desse modo a disfunção do lobo frontal no primeiro tipo e do lobo temporal na segunda. Clinicamente falando o comprometimento é importante: são crianças que não elaboram frases, expressam as partes finais das palavras (“eta” por borboleta, “aço” por palhaço) isso por volta dos 3 ou 4 anos de idade. Diante disso é que o atendimento fonoaudiológico deve acontecer nesta idade ou até antes sendo que o risco desta criança apresentar dislexia ou disortografia nos primeiros anos escolares se torna cada vez mais evidente (WEISS, 2004, p.59).

Ao se compreender o que está ligado a esta disfunção deve-se considerar a disfasia como quadro preocupante e grave dentro do contexto dos distúrbios de aprendizagem e a forma de lidar, entre elas a de que não cabe apenas ao professor o auxílio em sua superação, mas contar com profissionais especializados, entre eles o Fonoaudiólogo que está preparado para lidar com fatores que envolvem a



Disfasia e que não são apenas simples atrasos da linguagem, mas de aspectos que podem evoluir a complicações mais graves, diminuindo significativamente o cognitivo desta criança.

Outra disfunção cerebral e que pode gerar distúrbios na aprendizagem é a Dislexia, tendo aspecto duradouro está diretamente ligada à aquisição da leitura e, para que se possa constatar uma dislexia, é preciso descartar algumas outras situações que não devem ser confundidas com esta disfunção, assim como relata Weiss (2004, p.58) “a criança não deve ter bloqueios emocionais que a impeçam de aprender; não deve ser nova demais para a alfabetização, excluindo-se assim a imaturidade; deve ter tido pelo menos dois anos de escolaridade, com uma didática adequada”. As afirmações da autora levam a entender que a afirmação de um quadro que envolva a dislexia só poderá ser alcançada com plena certeza por volta dos 8 ou 9 anos de idade, momento em que poderá se afirmar que a criança é disléxica.

A Dislexia, portanto, está diretamente ligada a uma incapacidade total no aprendizado da leitura e da escrita apresentada por esta criança, iniciando pela identificação dos seus primeiros símbolos gráficos. Ligada assim, a funções que são primordiais como a memória, percepção e de sua análise visual de tudo que está sendo colocado a ela como um novo aprendizado.

No diagnóstico sobre a Dislexia Pain (2010) relata suas principais características:

A área do cérebro responsável por funções de memória e percepção se encontra no nível do lobo occipital que recebe e processa informação visual. As suas áreas associativas estão relacionadas com a interpretação do mundo visual e do transporte da experiência visual para a fala; e parietal que se trata do córtex somato-sensorial primário que recebe informação através do tálamo sobre o toque e a pressão. A nível associativo este lobo é responsável pela reação a estímulos principalmente os complexos, o que não ocorre nos casos de Dislexia (PAIN, 2010, p.55).

Sendo um aspecto grave da não aprendizagem, a criança ao ser diagnosticada como disléxica não deve ser alfabetizada pelo método global, uma vez que não consegue perceber o todo. Precisa de um trabalho fonético e repetitivo, pois terá muita dificuldade na fixação dos fonemas. Necessita de um plano de leitura que inicie por livros muito simples, mas motivadores, aumentando gradativamente e só à medida que lhe for possível, a complexidade de todo o processo.

Já no que se refere à Disgrafia a mesma está diretamente a dificuldades parciais para a aprendizagem da escrita de uma língua, não sendo uma impossibilidade total. Assim, de acordo com a divisão tradicional apresentada por Weiss (2004, p.61) a Disgrafia se subdivide em: “Disgrafia específica (relação entre o sistema simbólico e as grafias que representam os sons, as palavras e as frases) ou Disgrafia motora (quando a motricidade está particularmente em jogo, mas o sistema simbólico não)” Portanto, tudo que está diretamente ligado às dificuldades que a criança encontra com relação à aquisição de conhecimentos sobre a sua língua escrita.

Muitas vezes, para as pessoas com pouco conhecimento, pode haver muitas semelhanças entre o diagnóstico que envolve a Dislexia e a Disgrafia, mesmo por que os indicadores que se consideram para a Disgrafia recebem os mesmos nomes que os indicadores da Dislexia, apenas se observando que nos casos disgráficos as dificuldades apontam principalmente para os que ocorrem na escrita, sua inversão, substituição e até mesmo omissão; e nos casos da Dislexia os casos estão ligados nos mesmos processos, mas em leitura.

Para a melhor compreensão do que ocorre nesse sentido, Weiss apresenta um quadro demonstrando os indicadores de Disgrafia e como eles se desenvolvem nos distúrbios e/ou dificuldades de aprendizagem da criança sobre a escrita:

<b>Indicadores de Disgrafia</b>	<b>Exemplos</b>
Inversão de letras	ne x en; areonautas x aeronautas
Inversão de sílabas	penvasa x pensava
Inversão de números	89 x 98; 123 x 213
Substituição de letras	gogar x jogar; irnãõ x irmão
Substituição de sílabas	ponta x pomba
Substituição de palavras	menino x ninho; lindo x grande
Substituição de números	3225 x 325
<b>Exemplos</b>	
Omissão de letras	tabém x também
Omissão de sílabas	prinpal x principal
Omissão de palavras	por não voltar x por favor não voltar
Omissão de números	32 x 302
Dissociação de palavras	ci ne x cine
Contaminação de sílabas	sedeitou x se deitou



Contaminação de palavras	haviaúma x havia uma
--------------------------	----------------------

Quadro 1 – Indicadores e Exemplos de Disgrafia

Fonte: WEISS (2004, p. 66).

As crianças com este tipo de disfunção conseguem falar e ler e as dificuldades ocorrem na execução de padrões motores para escrever letras, números ou palavras. Pode ocorrer defeito motor ou apenas em nível de integração, o que leva a criança a ver a figura, mas não conseguindo fazer os movimentos para escrever as letras. Já quando há dificuldade apenas na produção de uma letra proporcional e legível a disfunção ocorre e não podendo ser considerada como um desleixo da criança nesse sentido, e sim uma deficiência constante.

Quando se fala de Disortografia aborda-se sobre uma disfunção que está associada à impossibilidade que a criança possui de visualizar a forma correta da escrita das palavras. Isso ocorre por que ela escreve seguindo os sons da sua própria fala, tornando este processo muitas vezes errado e também incompreensível.

Nestes casos, métodos de repetição envolvendo os erros cometidos por esta criança em sua escrita não alcançarão bons resultados sendo essencial a presença do Fonoaudiólogo a fim de orientar o professor com relação ao que de melhor poderá ser feito na busca de minimizar essa disfunção.

Segundo Pain (2010):

A disortografia pode ser observada na realização do ditado onde se apresentam trocas relacionadas à percepção auditiva. Por exemplo: F por V (faca/vaca), a disfunção ocorre no nível do lobo temporal. Na escrita espontânea (por redação, interpretação de textos lidos ou ouvidos) há também envolvimento das áreas visuais (lobo parietal e occipital) (PAIN, 2010, p.58).

Os fatores ligados à Disortografia estão diretamente ligados a uma disfunção relacionada ao aparelho auditivo que deve ser analisado por um profissional qualificado e que poderá encontrar alguns problemas nesse sentido e assim serem tratados, auxiliando a criança que apresenta estas dificuldades em superá-las.

Por outro lado, em alguns casos a disortografia acompanha a Dislexia, o que agrava um pouco mais a situação em que a criança além do diagnóstico do profissional Otorrinolaringologista também precisará passar por todo o processo que envolve o diagnóstico da Dislexia. Como também pode aparecer em esta associação, trata-se de uma disfunção, como as outras já apresentadas que requer bastante atenção de pais, responsáveis e profissionais escolares.

A Discalculia, outra disfunção ligada à aprendizagem está diretamente ligada à incapacidade da compreensão que a criança possui em compreender o mecanismo do cálculo e a solução dos problemas que o acompanha. Segundo Pain (2010, p.60) “é um quadro bem mais raro e quase só acontece acompanhado de síndromes. O que ocorre com maior frequência é uma estruturação inadequada do raciocínio matemático, ligado a uma didática inadequada e excesso de conteúdos”.

Clinicamente falando, conforme Weiss (2004, p.65) “a disfunção da discalculia ocorre em nível de lobos parietais e occipitais e tira da criança toda a capacidade de assimilação de números e suas funções se isso não for transmitido a ela conforme o seu nível de compreensão”. Trata-se de uma realidade em que compromete toda a vida escolar da criança, no sentido de que ela não irá assimilar conteúdos matemáticos, relevantes para a sua vida como um todo.

Por fim, dentro do quadro das disfunções cerebrais está o Déficit de Atenção que pode estar associado ou não a Hiperatividade como afirma Weiss (2004, p.67) “ocorre predominantemente em meninos com início antes dos 7 anos. Muitas vezes há história de movimentos acentuados da criança intra-útero, distúrbios do sono no primeiro ano e excesso de movimentos aos 3-4 anos de idade”. Nos primeiros anos escolares esta criança terá dificuldade de atenção para os conteúdos ensinados, pois não irão parar na carteira, perdendo a atenção frente a qualquer estímulo externo vindo dos colegas entre outros..

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com todos os tipos de necessidades educacionais especiais foi se tornando uma realidade dentro das escolas regulares. Por meio de legislações que foram sendo elaboradas e colocadas em prática, a integralidade do ser humano não foi mais discutida, mas passou a ser entendida como fato consumado por todas as teorias que foram sendo criadas diante dos estudos realizados diretamente com grupos de profissionais que se propuseram a trazer à tona sobre o assunto. Portanto, uma



das conclusões foi a de que cada um possui sua característica, possui sua forma de entender o mundo em que vive e participar dele.

Para tanto, na infância, é preciso que lhes sejam oferecidas as devidas condições para que isso vá se tornando viável dentro desse processo de amadurecimento do ser, que é global, não podendo ser ignorado em nenhum sentido, como se pode perceber nas páginas seguintes e que trazem as teorias que abordam sobre o tema. A aprendizagem precisa ser compreendida pelos professores em suas características científicas para que seja melhor desenvolvida entre seus alunos, sabendo reconhecer os que precisam de mais auxílio para melhor ampliá-la em si mesmos.

Enfim, o ato de aprender, processo dos mais relevantes, depende das fases em que cada sujeito vivencia e que contribui para que tanto físico quanto psicologicamente, já esteja preparado para assimilar os novos conhecimentos que lhes servirão como guias para toda a vida. Com isso, é que ao saber que em determinado momento este mesmo sujeito pode não aprender que o professores e as escolas estejam preparados para reconhecer em que situação ele se encontra e como ajuda-lo. Pois, o não aprender afeta diretamente à sua formação, tirando-lhe o direito de ter uma vida normal social, cultural, entre outros setores que ele fará parte, após a sua estadia pela escola. É um assunto sério e que precisa ser sempre observado com muita atenção por toda a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M.Bahia; FURTADO, O e TEIXEIRA, M.L. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. SP: Saraiva, 2003.

CARRARA, Karla. (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

FERREIRA, JR.; GLAT, Rosana. Reformas educacionais pós LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B. & FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da educação no Brasil pós LDB. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, Rosana; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. Revista Inclusão: MEC / SEESP, vol . 1, nº 1, 2005.

GRAMIGNA, Sandra Santos. Problemas emocionais/comportamentais em uma amostra de escolares: Incidência em função do sexo e idade. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, Editora SENAC, 2006.

MITTLER, Petter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2005.



PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. 8ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. São Paulo: Integração, 2005.

WEISS, Maria Lúcia. Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 10ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

---

**Informações sobre os autores:**

LSM: Graduação em MATEMÁTICA pela Universidade Estadual de Goiás (2007) Pós-graduação em Gestão e Orientação Educacional Instituto Darwin (2009) Atualmente é professor IV - Secretário de Educação do Estado de Goiás. E-mail: [laelson.saraiva.2013@gmail.com](mailto:laelson.saraiva.2013@gmail.com)

**Contribuição dos autores:** LSM: conceitualização, captação de recursos, supervisão, redação.